



Comunicado de Imprensa Nº 12/182
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
17 de Maio de 2012

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Missão do FMI que visitou a República Democrática de São Tomé e Príncipe chegou a acordo, ao nível do corpo técnico, para implementação de um programa apoiado pelo Instrumento de Crédito Prolongado (ECF) de US\$ 3,97 Milhões

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) liderada pelo Senhor Ricardo Velloso visitou São Tomé e Príncipe de 4 a 17 de Maio de 2012. O objectivo da missão foi o de discutir com as autoridades um programa económico de médio prazo que será apoiado pelo FMI através do Instrumento Alargado de Crédito (ECF na sigla em inglês).¹

A missão manteve encontros cordiais e profícuos com o Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, Américo Ramos, e a Governadora do Banco Central, Maria do Carmo Silveira, e respectivos assessores, bem como com altos funcionários do Governo, representantes do sector privado e os principais parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Na conclusão da visita, Ricardo Velloso, Chefe da Missão do FMI para São Tomé e Príncipe, emitiu a seguinte declaração:

“A missão do FMI alcançou ao nível do corpo técnico um acordo com as autoridades de São Tomé e Príncipe, sobre o programa económico para 2012–15 que será apoiado pelo Instrumento de Crédito Prolongado do FMI (ECF) no montante de DES (Direitos Especiais de Saque) 2,59 milhões (cerca de US\$ 3,97 milhões). Esse acordo será submetido à aprovação do Conselho de Administração do FMI, que o deverá analisar em Julho próximo.

“O programa económico de médio prazo, cujo conteúdo reflecte as preocupações expressas no novo documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza do Governo, tem por objectivo a estabilidade fiscal, monetária e financeira. Para alcançar esses objectivos, o programa contempla medidas que visam manter o défice primário interno em linha com o

¹ O Instrumento de Crédito Prolongado (ECF) substituiu o Instrumento de Alívio da Pobreza e Promoção de Crescimento (PRGF) como principal instrumento do FMI de apoio financeiro aos países de baixo rendimento. Este instrumento garante um maior nível de acesso ao financiamento, mais termos concessionais, maior flexibilidade na concepção do programa, e condicionalidade mais simplificada. Actualmente, o financiamento ao abrigo do ECF tem uma taxa de juro zero, um período de carência de 5,5 anos, e um prazo de maturidade final de 10 anos.

financiamento disponível não gerador de dívida, mobilizando, simultaneamente, recursos internos adicionais para despesas em infra-estruturas e para a redução da pobreza. O programa também inclui uma agenda ambiciosa mas realista de reformas estruturais que visam o reforço das finanças públicas e da prossecução da política monetária, da supervisão bancária e da luta contra o branqueamento de capitais.

“São Tomé e Príncipe registou um bom desempenho económico em 2011, apesar de um ambiente externo desfavorável. Foi prosseguido o relançamento da actividade económica e o Produto Interno Bruto (PIB) no ano transacto registou um crescimento real estimado em cerca de 5 por cento. A taxa de inflação continuou a sua trajectória descendente e situou-se em 8 por cento (homóloga) em Abril de 2012, o nível mais baixo registado nos últimos dez anos.

“Para 2012, o crescimento real do PIB está projectado em 4,5 por cento, o que reflecte por um lado, a persistência das incertezas ao nível mundial e, por outro lado, uma redução de projectos financiados com recursos externos no primeiro semestre do ano. Contudo, a médio prazo prevê-se uma aceleração do crescimento para 6 por cento ao ano, impulsionado pela expansão nos sectores do turismo, agricultura e construção.

“A taxa de inflação anual deverá diminuir para um dígito único baixo em 2015, graças à ancoragem da Dobra ao Euro e às políticas prudentes por parte do Governo em relação aos salários e preços, ao permanente rigor fiscal e à acção efectiva e vigilante do Banco Central.

“A missão do FMI congratulou as autoridades pelo empenho na preservação da duramente conquistada prudência fiscal. Por outro lado, tendo em conta a ainda frágil posição de dívida externa de São Tomé e Príncipe, a missão concorda com o Governo sobre a necessidade de se evitarem empréstimos comerciais, optando-se, em vez disso, pelo recurso a doações e empréstimos altamente concessionais para o financiamento de programas de desenvolvimento.

“Através de uma combinação de contenção de despesa não prioritária e o alargamento da base tributária, projecta-se que o défice primário interno baixe para 3 por cento do PIB em 2014. Esperara -se que a modernização das Direcções das Alfandegas e dos Impostos venha a criar uma margem para maiores despesas prioritárias em infra-estrutura e redução da pobreza.

“A missão realçou a importância de se chegar a uma solução credível em relação à já antiga questão do atraso de pagamentos cruzados entre o Tesouro, a empresa pública de água e electricidade, EMAE, e a companhia importadora de produtos petrolíferos, ENCO. Isso envolverá a reconciliação e certificação do stock dos pagamentos em atraso e dos impostos sobre combustíveis por liquidar, e a consideração de uma resolução do pagamento destes atrasados, bem como a concepção de um plano realista para evitar a recorrência desse problema no futuro.

“A missão saudou o arranque das operações da central de risco. Também felicitou o Banco Central pelos esforços continuados de reforço do papel da Dobra no sistema bancário e o sucesso na exigência de aumento de capital para os bancos comerciais não rentáveis, bem como o aumento, por todos os bancos, do rácio ponderado capital/risco para cima de 10 por cento.

“A missão também tomou boa nota de que, em 2011, a maioria dos bancos comerciais apresentou resultados positivos e observou-se uma desaceleração da actividade creditícia em relação à muito rápida evolução dos últimos dois anos; nesse sentido, aconselha-se que o Banco Central monitorize atentamente os efeitos sobre a rentabilidade e o capital dos bancos devido ao recente aumento do crédito mal parado, que passou de 15 por cento em Setembro de 2011 para 21 por cento em Março de 2012.

“O Banco Central realizou duas inspecções *in-loco* de bancos comerciais em 2011. A missão do FMI encoraja o Banco a prosseguir conforme planeado, com a realização de duas inspecções *in-loco* em 2012, e a concluir as inspecções dos três bancos comerciais restantes em 2013.

“A missão do FMI tomou boa nota do empenho das autoridades no sentido de preencherem as lacunas no quadro legislativo interno de São Tomé e Príncipe de luta contra o branqueamento de capitais. Serão necessárias alterações à lei de luta contra o branqueamento de capitais e o envio dessas alterações à Assembleia Nacional para aprovação, se possível, até final de 2012, e o reforço das operações da Unidade de Informação Financeira, em termos de recursos humanos adicionais e de formação.”